



Diretores da Adua avaliam ações realizadas ao longo deste ano e comentam sobre os desafios da Associação para 2012. **Pág. 9**



Histórico

Começam os pagamentos do 3,17%

Processo que estava “empacado” há nove anos tem desfecho com reembolso dos professores. **Pág. 4**



Mudanças

Adiadas as discussões do Estatuto da Ufam

Seis dias de congresso não foram suficientes para analisar as propostas relacionadas aos seis temas da Estatuinte. **Pág. 3**

Nacional

Caso Unir reflete descaso com as federais

Greve de 56 dias na Universidade Federal de Rondônia é fruto do descaso do Governo com as universidades públicas brasileiras. **Pág. 5**

Manaus pede mais recursos para educação

Foto: Anderson Vasconcelos



Em pouco mais de 20 dias, a consulta pública pela aplicação imediata de 10% do PIB para a educação pública ouviu a opinião de centenas de cidadãos na capital amazonense. Um balanço parcial divulgado pelo Comitê Estadual da Campanha, liderado pela Adua, dá conta que mais de três mil pessoas participaram da coleta de votos, em vários pontos de Manaus. Mas esse número pode aumentar até a contagem oficial de votos, prevista para ocorrer ainda neste fim de ano. **Confira nas páginas 6 e 7.**

Polêmica

Privatização dos HU's é aprovada pelo Senado

Falta apenas a sanção da presidente Dilma Roussef para que empresas particulares passem a administrar os hospitais universitários em todo o país, mesmo após protestos de educadores e trabalhadores da área de saúde. **Pág. 4**

Editorial

A crise econômica mundial e o fluxo dos acontecimentos na África, Europa, Estados Unidos e América Latina contribuíram de alguma maneira nas particularidades das contradições dos dilemas e das mobilizações em nosso país, ao longo desse ano e, em última instância, determinaram parte das nossas ações concretas.

Sob o impacto desses processos históricos mais gerais uma série de lutas e mobilizações marcou a retomada do movimento docente nacional, num período em que o tema educação voltou à cena de maneira enfática e categórica, pelas mãos daqueles que fizeram do ensino seu ofício cotidiano. Não é por acaso que nas páginas centrais do nosso jornal se concentra a campanha dos “10% do PIB para a educação pública, já”, expressando uma espécie de fio condutor que orienta um conjunto tangível de preocupações, as quais todos nós somos obrigados a encarar com sobriedade.

A exigência da destinação do percentual acima descrito, em educação pública, constitui a condição necessária para se começar a reduzir o abismo existente na população educacional do país. Os 4,5% que vêm sendo aplicados pelos sucessivos governos demonstraram-se insuficientes, considerando que a maioria das metas contidas no Plano Nacional de Educação passado não foi cumprida.

A universalização da educação em todos os níveis requer que o Estado brasileiro decida soberanamente sobre o destino de seus recursos. A sociedade não pode mais admitir que se destine quase a metade do orçamento federal para o pagamento da dívida pública e apenas 2,8% em educação, como ocorreu em 2010. Sem essa mudança de atitude o país permanecerá nas estatísticas com os seus 14 milhões de analfabetos e 30 milhões de analfabetos funcionais. Algo inadmissível para uma nação que ostenta o título de ser a sétima economia do mundo.

Relacionado a esse tema central, se hierarquizam aqueles que mencionamos como preocupações tangíveis, mas que de forma nenhuma podem ser considerados menos importantes, os quais não apenas constam nas páginas do nosso jornal como são objetos de nossa ação permanente no âmbito dos processos de lutas e mobilizações. Inclui-se aqui o congresso estatuinte, momento importante na afirmação da autonomia e da preservação da qualidade e da gratuidade; a reestruturação da carreira docente; a luta por salário, condições de trabalho e pela segurança.

Todos esses desafios não poderiam ser encarados com sobriedade se para isso não contássemos com a construção coletiva do movimento docente nacional. O que nos permite mencionar também os esforços de organização do 31º Congresso do ANDES-SN, no qual todos nós estamos envolvidos. É importante registrar que essa é a segunda vez, em um decurso de quase 20 anos, que Manaus recebe o Congresso do Andes. O primeiro foi em 1993. Momento fundamental para que possamos fazer um balanço das nossas ações e traçar novos planos para os próximos períodos.

Por fim, sendo o último exemplar de nosso jornal do ano, não podemos deixar de render congratulações a todos os nossos colegas professores, a todos os membros da diretoria que permaneceram fieis aos seus compromissos e aos funcionários da ADUA, sem os quais não teríamos realizado as tarefas que nos foram confiadas.

Notas

Cortes de vagas no Amazonas

O Ministério da Educação (MEC) anunciou no início de dezembro o corte de 2.794 vagas nas universidades brasileiras na área de saúde graças ao desempenho insatisfatório na avaliação realizada pelo ministério. Segundo informação publicada no Diário Oficial da União (DOU), só no Amazonas foram sete instituições afetadas pelos cortes, que chegaram a 404 vagas. O Centro Universitário do Norte teve uma redução de 137 das 546 vagas por ano, enquanto que o Centro Universitário Luterano de Manaus passou de 120 para 59 vagas a serem ofertadas a partir de agora. Essas e outras instituições tiveram notas entre 1 e 2 no Conceito Preliminar de Curso (CPC), sendo 5 a nota máxima. Todas terão o prazo de um ano para reverter as deficiências e melhorar sua qualidade do ensino.

Em tempos de expansão da universidade a todo custo, é o próprio MEC quem chega à conclusão de que um grande número de vagas não está levando a uma

maior qualidade do ensino.

Nota de falecimento

É com extremo pesar que a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua) lamenta a morte do docente Arnaldo Felisberto Imbiriba da Rocha, ocorrida no final de novembro. Durante 30 anos o professor atuou no curso de Química da Ufam. Afiliado da Adua, o docente idealizou o curso de Mestrado em Química de Produtos Naturais, implantado em 1987, e que posteriormente se tornou o Programa de Pós-graduação em Química, implementado em 2007. A Adua se solidariza com familiares e amigos.

Diretor da Adua defende tese de doutorado

O professor José Alcimar de Oliveira, membro da diretoria atuando como 1º Secretário da Adua, defenderá sua tese de doutorado no dia 20 de dezembro às 14:00h no Auditório Rio Solimões, loca-

lizado no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL/Ufam). O trabalho, intitulado “Igara, Uka, Makira Irúmu: epistemologia e barbárie na Amazônia em sete ensaios irredentos”, foi desenvolvido ao longo de quatro anos no Programa de Pós-graduação de Sociedade e Cultura no Amazonas (PPGSCA/Ufam). A defesa é aberta à comunidade acadêmica e sociedade em geral.

Negociações complicadas

Desde a assinatura do acordo emergencial entre a categoria docente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) em agosto, a promessa de uma discussão transparente para a estruturação da carreira para professores de todo o Brasil tem esbarrado em impasses. Às portas de 2012, a avaliação que o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) faz é que o governo ignora a qualidade e a autonomia da carreira docente, tentando a todo custo impor sua visão equivocada de educação. Em reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) realizada em 8 de dezembro, as divergências enumeradas expuseram problemas como a diferenciação por parte do governo das carreiras do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Ebt), além da fragmentação e tendência para um produtivismo que não necessariamente se converte em produção de qualidade. Lutar contra a manutenção desse sistema de educação mercantil é o compromisso que a categoria docente tem imediatamente. Nesse sentido, a possibilidade de uma futura greve docente não está descartada.

Cotas no limbo até 2012

O senador Álvaro Dias (PR) apresentou um requerimento propondo audiência pública para debater com a sociedade a questão das cotas para pessoas de baixa renda ingressarem na universidade. Com este pedido, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou para o ano que vem a votação de um Projeto de Lei que garantiria 20% das vagas da graduação para estudantes de baixa renda. De acordo com matéria do Estadão, a senadora Ana Rita (PT-ES) argumentou que a proposta já foi amplamente debatida e encabeçou o grupo de políticos a votar contra o requerimento de audiência pública. A partir de agora, fica nas mãos do presidente do CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), incluir o projeto na pauta.

charge



O jornal da **adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.
Diretoria: Antônio (Neto) Pereira de Oliveira (presidente), Ronney da Silva Feitoza (1º vice-presidente), Tharcisio Santiago Cruz (2º vice-presidente), José Alcimar de Oliveira (1º secretário), Lucas Milhomens Fonseca (2º secretário), José Humberto Michiles (1º tesoureiro) e Luiz Fábio Silva Paiva (2º tesoureiro).
Jornalista responsável: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)
Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Lídia Ferreira (SRTE-AM 398) e Susy Freitas (colaboradora)

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)
Fotografias: Anderson Vasconcelos, Lídia Ferreira, Susy Freitas e Andes-SN
Impressão: Gráfica Ampla. 2000 exemplares.
Fone/Fax: (92) 3088-7009/3305-4103
e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com (Imprensa)
Endereço: avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

Mudança

Adiadas discussões do Estatuto

Fotos: Anderson Vasconcelos

Mesmo realizado em seis dias, um a mais que o previsto, o Congresso Universitário Estatuinte, realizado na primeira semana de novembro na Ufam, prorrogou as discussões sobre o novo estatuto da Ufam. Dos seis temas principais, apenas os dois primeiros e a metade do terceiro foram debatidos no encontro. A data para o próximo congresso está indefinida.

De acordo com Tomzé Vale, membro da Comissão Executiva do Processo Estatuinte (Cepe), a previsão é que próximo congresso ocorra em três dias e seja realizado na primeira quinzena de março. “O ideal é que ocorra antes da volta às aulas, para não prejudicar os alunos, e logo após o Carnaval para que todos os delegados possam comparecer inclusive os do interior, mas ainda não chegamos ao consenso”, ressalta.

Para a professora Sônia Maria Carvalho, diretora do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), faltou mais agilidade no processo de discussões do congresso. “Mesmo que os grupos de trabalhos tivessem ‘derrubado’ as propostas de alguns colegas, esses voltam a falar da proposta na plenária na tentativa de convencer os colegas. Acredito que faltou bom senso de certos delegados”, criticou.

Os seis temas propostos para o novo estatuto são: Da universidade, Da administração superior, da Estrutura acadêmica, Do regime didático científico, da comunidade universitária e do patrimônio



O Congresso da Estatuinte, realizado em seis dias em novembro, foi prorrogado para março



Para discutir as propostas, foram divididos os temas em grupos de trabalho antes das votações



e regime financeiro.

Propostas

Os professores Tomzé Vale e Sônia Carvalho apontam as principais discussões e propostas aprovadas pelos delegados que, caso passem pelo Conselho Universitário (Consuni), devem mu-

dar o cotidiano universitário.

A primeira delas é a gestão administrativa das unidades que poderá ser colegiado ou departamental. Cada unidade vai ter autonomia para definir qual dos dois tipos de gestão quer. Segundo a proposta, caso a unidade escolha a gestão departamental

será gerida por três diretores: geral, administrativo e acadêmico. Já o colegiado irá manter o que já está: um diretor, uma coordenação acadêmica, as chefias de departamento e as coordenações de curso. “O MEC não deve aprovar isso porque um diretor a mais no caso departamental será mais

custo e eles já querem ‘enxugar’ a verba para as universidades”, analisa a professora Sônia Carvalho.

Para professor Tomzé Vale, caso seja aprovado pelo Consuni, essa mudança “vai ser complicada, pois passará ser uma gestão mista. Como vão ficar os processos entre as unidades que tem gestões diferentes? Isso pode burocratizar ainda mais os trâmites”, disse.

Outro ponto é a escolha do reitor e dos diretores de unidades. A proposta é que a escala de votação seja paritária entre docentes, técnicos e estudantes. Atualmente a proporção é 70% para os professores e os outros 30% são divididos igualmente entre discentes e técnicos. “Isso esbarra em uma lei que até hoje não foi revogada. Provavelmente não vai passar no Consuni ou será vetado pela assessoria jurídica, pois é claramente ilegal”, informa Tomzé.

A professora Sônia Carvalho comenta ainda a proposta que exige que os projetos de pesquisa sejam avaliados pelo Consuni antes de ser inscritos em qualquer edital. “Os editais são lançados um mês antes do prazo final. O Consuni se reuni uma vez por mês, não terá tempo hábil em muitos casos. Além disso, só o ICB tem uma média de 213 projetos de pesquisas, fora as outras unidades. Serão muitos projetos, não terá como os conselheiros analisarem todos os projetos da Ufam, vamos retroceder nas pesquisas”, afirma.

Impasse

Projeto CEL dobra o número de vagas

Depois de um ano sem abrir novas vagas, por ser considerado um projeto irregular conforme parecer do Conselho Departamental do Instituto de Ciências Humanas e Letras (Condep/ICHL), o Centro de Estudos de Línguas da Universidade Federal do Amazonas, mais conhecido como Projeto CEL, dobra o número de inscrições para cursos de idiomas: de 600 passa a atender, em 2012, 1260 alunos.

Um dos principais pontos que interditou o projeto no início de 2010 foi o fato do CEL não ser regulariza-

do em nenhuma instância competente da Ufam como uma atividade de ensino, pesquisa ou extensão, conforme explicitou o relatório do Condep, assinado pela professora Kátia de Araújo Lima Vallina. Este item foi solucionado através da Resolução 035/2011 da Pró-reitoria de Ensino e Extensão (Proexti). A resolução transforma o CEL em um projeto de extensão do Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras. “Se o projeto conseguiu se institucionalizar, não há nenhum problema para funcionar. Só preci-

sa atender todas as objeções feitas no relatório”, ressalta Kátia Vallina.

Contudo, outro procedimento adotado pelo projeto e condenado no relatório, relacionado a cobrança de mensalidades, continua mantido. Os novos alunos pagaram R\$ 90 pela matrícula e mais quatro parcelas de R\$ 60, referente a um semestre de aula. Conforme o parecer do Condep, isto fere o princípio de gratuidade do ensino público, previsto na Constituição Federal, no artigo 206, inciso IV.

A coordenadora atual do CEL,

Edith Correa, explica que a Proexti entendeu o caráter “auto-sustentável” do projeto. “A Ufam não dispõe de verba para manter o projeto. Esse dinheiro serve para manter os custos do CEL, pagar os bolsistas, o material utilizado entre outras necessidades”, justifica. Segundo ela, todos os professores do CEL são alunos de graduação em Línguas da Ufam e recebem uma bolsa-auxílio de R\$ 360 por turma para lecionar no projeto.

Para o professor Lino Neves, que participou das reuniões do Condep

sobre o caso, mesmo transformado em projeto de extensão, o CEL continua irregular pela cobrança de mensalidade e por manter estudantes universitários como professores. “Um estagiário não pode ter a responsabilidade de assumir uma sala de aula, isso é ilegal e está acontecendo dentro da universidade. É lamentável, é subemprego. Além disso, projetos de extensão não podem ser pagos, devem ser um serviço da Ufam para a sociedade, é totalmente contraditório”, critica. “Não sou contra o projeto, mas ele precisa ser adequado a proposta real de um projeto de extensão e não servir como ‘caixa dois’ dentro de uma instituição pública e gratuita”, completa o professor Lino Neves.

Nacional

Senado aprova PL que privatiza os hospitais universitários

Foto: Lídia Ferreira

Mesmo sob protesto de trabalhadores da área da saúde e educadores universitários desde sua criação, o Projeto de Lei (PL) 1749/2011 que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), foi aprovado, por 42 votos contra 18, no último dia 23 de novembro pelo plenário do Senado. A matéria será encaminhada para sanção da presidente Dilma Rousseff.

De acordo com o projeto, a nova empresa ficará responsável pela administração financeira dos hospitais universitários de todo o país. Atualmente, esta função tem sido feita pelas fundações de apoio, como por exemplo a Unisol, no caso da Ufam. O principal argumento do governo é que a medida irá resolver, principalmente, o “gargalo” relacionado aos problemas na contratação de trabalhadores para os hospitais universitários federais. A Adua, enquanto seção sindical do ANDES-SN, mantém posição contrária a aprovação e lamenta que isso tenha ocorrido.

Os hospitais universitários são instituições de média e alta complexidade que operam atualmente sob a chancela das universidades e tem uma função de formação e de pesquisa. “Hoje esses hospitais precisam de investimentos do governo para continuar sendo instituições públicas e de qualidade, voltadas para sua finalidade social. Os hospitais universitários vêm operando com muitas dificuldades por falta de recursos e investimentos públicos.”, ressalta o presidente da Adua, professor Antônio Neto. Com a aprovação do PL, o caráter dos HU's se modifica completamente, as universidades perdem a chancela sobre os hospitais e em vez de

planejar e gerenciar as suas ações, se quiser utilizá-los como parte fundamental de formação de seus alunos, precisará contratar os serviços dessa empresa. A principal repercussão é que os hospitais serão administrados não mais sob a ótica da sua função social – relativa à formação – e sim do mercado, com a contratação de serviços dos planos de saúde, de outras instituições privadas de ensino, as quais oferecem cursos nas áreas de saúde, e até a venda de serviços propriamente ditos.

“O governo pretende uma gestão que se articule com a iniciativa privada para manter os hospitais. As universidades que não aderirem, certamente terão seus hospitais sem recursos”, opina Antônio Neto.

Falta apenas a sanção da presidente Dilma Rousseff para que empresas particulares passem a administrar os HU's

O diretor do Hospital Universitário Getúlio Vargas da Ufam, professor Lourivaldo Rodrigues, ressaltou que a criação da Ebserh vai agravar o problema do HU. Atualmente, a unidade é responsável pela formação profissional dos alunos de medicina da Ufam, através de aulas práticas, e disponibiliza serviços

de alta complexidade à população, mas vive uma crise financeira e de recursos humanos. O déficit total é de R\$ 500 mil por mês e apenas 229 dos 937 funcionários são contratados, de acordo com informações da direção da unidade. “Essa privatização não condiz com a luta de quase 20 anos que trabalhamos pelo hospital universitário público e



O HU Getúlio Vargas amarga um 'gargalo' financeiro de cerca de R\$ 500 mil

de qualidade. Isso não vai acontecer, acabará se tornando um 'mercado', essa alternativa não está de acordo com o que pensamos (a diretoria do Getúlio Vargas)”, enfatizou.

Quando o PL foi aprovado pela Câmara dos Deputados, no mês de outubro, o Conselho Universitário da Ufam (Consuni) di-

vulgou moção de repúdio por entender que a proposta de criação da Ebserh possibilita a privatização dos Hospitais Universitários, comprometendo a autonomia da instituição de ensino superior, além da qualidade do ensino, pesquisa e extensão praticados nos HU's.

Conquista

Começam os pagamentos do Processo 3,17% de 2002

Desde o dia 28 de novembro, o pagamento relativo ao processo 2006.5067-5, conhecido como “processo 3,17%” começou a ser realizado para parte dos mais de 850 professores participam da ação judicial. O processo tramita na 3ª Vara da Justiça Federal da seção judicial do Amazonas há nove anos. A listagem de professores que terão recebimento imediato do valor referente ao processo pode ser conferida no item “Publicações” do site da Adua.

Até a primeira semana de dezembro, cerca de cem docentes tiveram o nome na lista de pagamento emitida pela Justiça

Federal. Segundo a Assessoria Jurídica da Associação da Adua, mais de 50% desses professores já receberam o valor correspondente ao seu processo.

A Assessoria jurídica da Adua informa que os nomes na listagem são escolhidos de forma aleatória pela Justiça, ou seja, não há critérios como ordem alfabética, por exemplo. O valor que cada professor irá receber vai obedecer itens como titulação, tempo de serviço e salário, ambos considerados no período em que a ação foi iniciada, em 2002. A Assessoria jurídica da Adua explica também que nem toda

semana sai uma listagem pois é a Justiça Federal quem decide quando novas listas vão sair. A listagem atualizada está no site da Adua : www.adua.org.br.

Os professores cujos nomes constam na listagem devem entrar em contato com o assessor jurídico da Adua, o advogado José Barbosa, para agendar o recebimento junto à Justiça. Na ocasião, devem trazer a cópia do RG, CPF e de um comprovante de residência que esteja em seu nome. Os docentes cujas Requisições de Pequeno Valor (RPV) foram expedidas comporão em breve a listagem de nomes

para recebimento.

É importante salientar que os professores devem verificar se há pendências na entrega de documentos para poderem ter as RPV expedidas e, posteriormente, receber os valores relativos ao processo 3,17%. Nesse caso, os docentes devem trazer a cópia da documentação (RG e CPF) à sede da Adua, que funciona de segunda à sexta-feira, de 8h às 12h e 14h às 18h.

Para informações mais detalhadas, a assessoria jurídica da Adua pode ser consultada todas as quartas-feiras a partir das 14h na sede da associação.

Caso Unir reflete descaso com as federais

O caso da Universidade Federal de Rondônia (Unir), que esteve em greve durante 56 dias e retornou as atividades normais no dia 29 de novembro, reflete a atual situação precária das universidades públicas brasileiras, em especial as instaladas no Norte do País. A opinião é representante regional do Andes-SN, Jacob Paiva.

A greve dos docentes da Unir foi deflagrada no dia 14 de setembro e chamou a atenção de todo o Brasil. Os professores denunciaram o regime ditatorial do então reitor José Januário de Oliveira Amaral, a precária situação dos campi pertencentes a Unir e o desvio de verba pública. “A paralisação foi um ‘estouro’ de uma série de problemas, em especial pelas condições de trabalho naquela universidade. Nós, do Andes, visitamos ‘in loco’ e a situação é degradante: falta higiene básica, como banheiros sem papel higiênico e água tratada. O campus de Porto Velho é foco de doenças, como malária, dengue, devido a falta de infraestrutura adequada”, ressalta. Um laudo do Corpo de Bombeiros concluído em 21 de outubro e solicitado pelo comando de greve detectou 25 irregularidades nos prédios da instituição.

Além disso, durante a visita na Unir, os diretores do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) receberam denúncias de assédio moral contra docentes e estudantes, ameaças, evidências de desvio de verbas e superfaturamento. As denúncias chamaram a atenção do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público, que detectou abriu uma investigação e encontrou irregularidades cometidas pela Fundação Riomar, ligada à Unir. Na “Operação Magnífico” (em alusão ao reitor), o Gaeco investiga um esquema de corrupção que beneficiava um seletivo grupo através de pagamentos de diárias inexistentes, ajudas de custo imaginárias etc. Até o momento, estima-se que R\$ 1 milhão foram desviados da fundação. Em um convênio assinado entre a reitoria, a Fundação Riomar e a Secretaria Nacional Antidrogas para um curso de formação cerca de R\$ 300 mil foram desviados.

O Ministério Público Federal abriu outras 16 investigações relacionadas a Unir, entre elas a implantação do hospital universitário, que teve as obras acabadas em 2008 e ainda está fechado. Além disso, 46 obras intermediadas pela Fundação Riomar estão paradas ou atrasadas. “Fundações privadas de apoio são causa de muitos problemas e propícias a desvio de verbas. Elas impedem a democracia e a autonomia das universidades públicas, a sociedade precisa ir contra isso”, ressalta Jacob Paiva.

O desfecho da greve se deu no último dia 28 de novembro, quando o Conselho



Divulgação

Professores e estudantes da Universidade Federal de Rondônia (Unir) estiveram de greve durante 70 dias

Superior Universitário Unir decidiu dar posse como reitora pro tempore à professora Maria Cristina Victorino de França, vice-reitora da instituição. Ela dirigirá a universidade até a nova eleição para reitor. A data da próxima eleição da universidade ainda está indefinida. Conforme a lei, a votação deve ocorrer até 60 dias depois da renúncia do reitor. Porém, segundo o MEC, o prazo pode ser prorrogado para que o processo eleitoral ocorra durante o período letivo, e não nas férias.

Vitórias com a greve

No blog “Comando de greve Unir”, os

professores que encabeçaram a paralisação na Unir colocaram uma publicação destacando os resultados da greve, além da saída do então reitor da época. As mudanças são consequências das reuniões entre o movimento grevista e o Ministério da Educação (MEC).

O “post” destaca que o MEC prometeu dispor de recursos financeiros para Unir implantar o Hospital Universitário. A publicação ressalta também a aprovação da ampliação do Restaurante Universitário para mil lugares. O projeto já está em fase de licitação da obra e custará R\$ 4,5 milhões.

Na questão do quadro funcional, o MEC

acordou contratação, em caráter emergencial, de 27 servidores técnicos administrativos em nível superior (arquiteto, engenheiro elétrico, civil e mecânico) e 13 servidores técnicos administrativos em nível médio. Além disso, para o próximo ano, o Campus de Porto Velho, que conta atualmente com apenas um laboratório de informática, passará a contar com quatro laboratórios e cada campus do interior também terá um laboratório. “Vamos garantir nossa participação efetiva em todos os espaços e decisões da universidade. Permaneceremos de punhos erguidos! Nenhum direito a menos!”, finaliza o texto no blog dos professores.

VEJA A CRONOLOGIA DA GREVE NA UNIR

| | |
|-------|--|
| 14/09 | Professores e estudantes entram em greve no campus de Porto Velho |
| 05/10 | Cerca de 300 estudantes ocupam a reitoria da Unir; Reitor pede a reintegração de posse e a Justiça acatar o pedido |
| 11/10 | Comissão do comando de greve se reúne em Brasília com o secretário de Educação Superior do MEC, Luiz Cláudio Costa |
| 17/10 | Representantes do MEC vão a Porto Velho para reunião da comissão de apoio à Unir |
| 21/10 | Um professor do comando de greve é detido por dois policiais federais armados e à paisana; segundo a Polícia Federal, ele foi detido, entre outros delitos, por desacato à autoridade |
| 24/10 | MEC publica portaria no Diário Oficial da União instaurando comissão de sindicância para apurar denúncias de irregularidades |
| 04/11 | Dois estudantes da Unir são detidos ao retirar 15 mil panfletos com críticas ao reitor de uma gráfica em Porto Velho; após prestar depoimento, eles foram liberados e responderão por injúria |
| 16/11 | Bilhetes contendo ameaças a uma lista de 25 professores e 13 alunos são distribuídos no campus de Porto Velho; Uma estudante de psicologia afirma ter recebido uma ameaça de morte de dois homens encapuzados em um carro na porta de sua casa |
| 17/11 | Representantes do MEC e da CGU da comissão de sindicância do governo federal chegam a Rondônia para averiguar denúncias de irregularidades na gestão da Unir |
| 23/11 | José Januário Amaral entrega ao ministro da Educação, Fernando Haddad, seu pedido de renúncia do cargo de reitor da Unir; Estudantes e professores comemoram saída do reitor com um enterro simbólico e uma carreta pela cidade de Porto Velho |
| 28/11 | Reunião do Conselho Superior Universitário decide dar posse à vice-reitora Maria Cristina Victorino de França, que terá de 90 a 120 dias para realizar nova eleição para a reitoria; o ex-reitor José Januário Amaral não compareceu à reunião |



Plebiscito Nacional

Adua lidera coleta de voto de mais recursos para a ec

O relator do Plano Nacional da Educação (PNE) na Câmara dos Deputados, Angelo Vanhoni (PT-PR), em negociação com o governo, definiu em 8% do Produto Interno Bruto (PIB) a meta de investimento público na educação, num prazo de dez anos. O texto protocolado pelo parlamentar no dia 5 de dezembro, véspera do encerramento do primeiro prazo do Plebiscito Nacional pela Aplicação Imediata de 10% do PIB para a Educação Pública não desanimou o trabalho realizado pelos comitês estaduais da campanha em favor de mais recursos para o setor. Ao contrário, o fim da coleta de votos foi prorrogado para o dia 15, em todo o país, devido ao sucesso da mobilização em unidades federativas, desde o lançamento da consulta pública, em 6 de novembro.

No Amazonas, tanto a campanha quanto o plebiscito começaram um pouco mais tarde. A coleta de votos foi lançada oficialmente no dia 24 de novembro, mas se intensificou nos últimos dias, com a prorrogação do prazo para consulta à sociedade. Escolas públicas, igrejas, espaços públicos, sede de sindicatos e, principalmente, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) foram os pontos de coleta de participações durante grande parte da campanha.

Até o fechamento desta edição, já haviam sido apurados mais de três mil votos, de acordo com balanço parcial do Comitê Estadual

pela Aplicação Imediata de 10% do PIB para a Educação Pública, divulgado no dia 13 de dezembro. O resultado final da campanha deve ser conhecido antes do Natal, em apuração programada para ocorrer na sede da Associação dos Docentes da Ufam (Adua), no Campus Universitário. O quantitativo de votos poderá ser visualizado no endereço eletrônico da entidade (www.adua.org.br).

Grande parte dos votos contabilizados até o momento foi apurada no Campus Norte da Ufam, por conta da mobilização orques-

Coleta de votos no Amazonas foi mais intensa nos últimos dias do Plebiscito Nacional

trada por representantes dos centros acadêmicos dos cursos de Pedagogia, Ciências Sociais, Letras e Serviço Social. Só no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) já foram colhidas mais de mil assinaturas, sobretudo pela participação de alunos dessa unidade acadêmica, da Faculdade de Educação (Faced) e da Faculdade de Estudos Sociais (FES).

Ainda no âmbito da academia, as urnas passaram também pelas Faculdades de Direito (FD) e de Tecnologia (FT), pelas unidades acadêmicas do Campus Sul (antigo Mini-Campus) e até nos ins-

titutos localizados fora da Ufam, como na Faculdade de Farmácia, sempre com o apoio de estudantes comprometidos com a educação pública de qualidade.

Para além dos “muros” da universidade federal, a campanha contou com a parceria de instituições religiosas, sindicais e sociais. Foram instaladas urnas nas Paróquias de Nossa Senhora Aparecida, no bairro de Aparecida, e de Santa Luzia, no bairro homônimo da zona Sul de Manaus, onde a coleta de votos foi intensa principalmente no dia 13 de dezembro, quando centenas de devotos prestaram homenagens à santa protetora dos olhos.

Outras instituições de ensino também somaram forças à mobilização, como a faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), na Cachoeirinha, zona sul da cidade, e as escolas Themístocles Gadelha e Rosas Sverner, no Jorge Teixeira, zona leste. As urnas também ficaram disponíveis na sede de entidades integrantes do Comitê Estadual, como o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam) e o Sindicato dos Trabalhadores na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do Amazonas (Sintect-AM). Os postos volantes de coleta passaram por várias zonas da cidade, em ação proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Contribuiu também o Movimento Educar para a Cidadania.

Coleta deve chegar a cinco milhões de votos

“Por todo o país, diversos movimentos sociais já estão engajados na campanha e perspectiva nacional é conseguir entre cinco e seis milhões de votos”, afirmou o professor da Universidade de São Paulo e vice-presidente regional SP do Andes-SN, Francisco Miraglia. Segundo o docente, o Plebiscito é um impulso para a campanha que deve continuar e ganhar força em 2012, quando o novo PNE deve ser votado pelo Congresso Nacional.

“Ainda não é possível fazer um balanço quantitativo, mas qualitativamente podemos dizer que a campanha está sendo um sucesso, pois registrou um grande ganho com o envolvimento de sindicatos de outras categorias fora da área da educação. A abrangência e o acolhimento do plebiscito por diferentes setores da sociedade estão nos surpreendendo de forma muito positiva”, comemorou Laura Fonseca, 1º vice-

presidente da Regional RS do Andes-SN e membro da coordenação nacional.

Na avaliação da presidente da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, a educação deve ser encarada como uma política de Estado e não de governo, podendo assim obter mais investimentos. “Sem mais recursos não teremos um salto de qualidade como ocorreu em diversos países”, afirmou.

s pela aplicação ducação pública

Saldo Positivo

Para o presidente da Adua, professor Antônio Neto, o número de votos colhidos é positivo, considerando o esvaziamento da Universidade na reta final do calendário acadêmico. “Apesar da chegada do fim do ano, já conseguimos colher uma quantidade considerável de votos”, disse. Na avaliação do docente, a campanha ganhou mais força nos últimos dias em quase todo o país. “Agradecemos à comunidade acadêmica e à sociedade por terem participado conosco nessa luta”, completou.

O professor aproveitou para criticar a suposta previsão de aumento de um ponto percentual do recurso investido em educação em relação

O índice de 10% do PIB é defendido pela Adua, pelo Andes-SN e por diversas entidades

à proposta inicial apresentada pelo governo, que era de aplicar 7% do PIB no setor. “A ideia do relator é destinar 8% das riquezas produzidas, considerando o investimento público total em educação, o que, na prática, vai significar bem menos, já que nesse caso serão considerados os recursos públicos investidos em entidades privadas”, disse.

Já a proposta encaminhada pelo governo, no ano passado, falava em investimento direto em educação, ou seja, verbas aplicadas diretamente no sistema público. Atualmente o Brasil não investe 5% do PIB em educação, segundo dados da Auditoria Cidadã e da Unesco, metade do que propõe a população.

Para se ter ideia, boa parte das três mil emendas apresentadas ao projeto de lei pedia a alteração do patamar para mais. Mas, essa variação quanto ao percentual a ser aplicado é fruto da falta de entendimento entre parlamentares, governo e até mesmo a sociedade, que durante muito tempo se manteve longe das discussões, resguardadas poucas iniciativas populares.

O índice de 10% do PIB é de-

fendido não somente pela Adua e pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), mas também por diversas entidades da área como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Em entrevista à Agência Brasil, o relator do PNE, Angelo Vanhoni (PT-PR), disse que, nas reuniões no Palácio do Planalto, tentava aumentar os recursos previstos, mas não houve consenso. “Agora vamos aguardar a negociação”, disse Vanhoni. Agora, outras cinco rodadas para apresentação de novas emendas ao texto devem ocorrer, a partir da conclusão do relatório.

Vários parlamentares integrantes da comissão especial criada para avaliar o plano pretendem apresentar novas tentativas para tentar aumentar o patamar do investimento. O momento é oportuno para a apresentação do resultado do plebiscito nacional, com intuito de pressionar os parlamentares e o governo a ampliar os recursos investidos na educação pública. Entretanto, a aprovação do projeto só deve ficar mesmo para 2012, principalmente se for feito algum pedido de vista ao relatório.

Atualmente, não há no Brasil nenhum plano de educação em vigor, pois o antigo terminou em dezembro de 2010. O PNE estabelece 20 metas educacionais que devem ser alcançadas pelo país no prazo de 20 anos. Entre elas o aumento de vagas em creches, a ampliação de escolas em tempo integral e a expansão das matrículas em cursos técnicos.

Na avaliação do presidente da Adua, os cidadãos brasileiros precisam ser mais participantes do processo, agindo como fiscais da aplicação dos recursos. “Uma das propostas do PNE é que o percentual de investimento seja destinado à educação pública e não mais dividido em parcerias com o ensino privado”, reforçou.



Maioria dos amazonenses disse sim nas urnas

Você é a favor do investimento de 10% do PIB na Educação Pública, já? Essa é a pergunta que os brasileiros responderam no plebiscito nacional em defesa da educação pública. No Amazonas, todas as pessoas consultadas pela equipe de reportagem disseram concordar com o aumento no repasse de recursos para o setor. Confira a seguir o que disseram alguns votantes!

“O Brasil precisa se preocupar menos com a Copa do Mundo e mais com a educação, valorizando mais o professor, investindo mais nas escolas públicas e contribuindo para a qualidade do ensino”, disse a estudante do 8º período do curso de Letras – Língua Portuguesa da Ufam, Monik Alves, 25 anos.

“Essa reivindicação dos 10% do PIB é mais que justa e assim teremos mais recursos para financiamento da educação básica à superior, da construção de escolas melhores à qualificação dos docentes”, disse o professor da Faculdade de Educação da Ufam, Guilherme Pereira Lima, 52 anos.

“Votei SIM porque a gente pode fazer a diferença e essa diferença começa com a aplicação de mais recursos na educação pública”, reforçou o técnico administrativo em educação da Ufam, João Lopes de Almeida, 57 anos.

“É uma contradição o Brasil investir pouco em educação sendo que esse segmento se constitui como a base de um país”, disse a estudante do 4º período do curso de Serviço Social da Ufam, Isabela Soares, 18 anos.

“Sem recursos suficientes destinados à educação não há como o Brasil progredir, pois esse setor é a base de um estado”, disse o estudante do 4º período do curso de Geologia da Ufam, Igor Girard, 20 anos.

“Nós não temos sala de informática, sala de música, nem quadra poliesportiva. Tudo isso porque faltam recursos. Por isso, resolvemos votar. Essa situação precisa mudar”, disseram, em tom unânime, os estudantes do 9º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Professora Jacimar da Silva Gama, Camila Azevedo, 14 anos, e John Kennedy Dias, 15 anos.

“A nossa educação precisa avançar e essa [aplicação de 10% do PIB] é uma demanda histórica desde de 1988, com a Constituição Federal, mas esse compromisso firmado nunca foi cumprido. A sociedade precisa cobrar mais”, disse o presidente do Sindicato dos Sociólogos do Amazonas, professor Davyd Spencer.

“A gente tem que lutar pelo que acredita. E eu acredito que a educação é o caminho para transformação desse país”, afirmou a aluna do 2º período do curso de Letras – Língua Portuguesa da Ufam, Fernanda de Oliveira, 21 anos.

Artigo

Autonomia das universidades públicas: mito ou desafio?

Reginaldo de Souza Silva

É lamentável lembrar e vivenciar imagens que esperávamos que não mais se repetissem no interior das universidades públicas brasileiras: Campus universitário sitiado e ocupado pela tropa de choque, autoridades em nome da “lei” e da “ordem” justificando o uso da força, estudantes, corajosamente rebeldes, denunciando o caos pelo uso de velhas estratégias de controle da ditadura; docentes e estudantes arbitrariamente sendo presos.

O Brasil comemorava a duplicação do número de matrícula de jovens no Ensino Superior, alcançando apenas 14% da população de 18 a 24 anos. Ficando aquém da meta do fracassado Plano Nacional de Educação (2000-2010) de atingirmos 30% desta população. Portanto, a expansão comemorada termina por esconder os verdadeiros motivos que levam os estudantes da Universidade de São Paulo (USP), melhor instituição de ensino superior da América Latina, e os docentes e estudantes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) a não aceitarem passivamente as decisões arbitrárias de seus gestores e a se posicionarem de forma contundente contra elas.

Ao contrário do que a mídia quis mostrar durante e após as semanas que sucederam aos episódios, o aumento do número de jovens matriculados no ensino superior não significa desenvolvimento, pois o Brasil está perdendo em qualidade na formação com o crescimento indiscriminado dos setores privados, com o sucateamento e o abandono das Universidades Estaduais de estados como a Bahia, Ceará e o Rio Grande do Norte e com a luta inglória das universidades federais de ampliação física e de quadro docente para “dar conta” da expansão de vagas via REUNI. Entretanto, o maior prejuízo que podemos contabilizar nesse cenário caótico é o assédio político à autonomia das universidades brasileiras.

O exemplo das duas instituições de ensino superior citadas anteriormente e que ocuparam recentemente a mídia e as redes sociais: a USP e UNIR, duas instituições distintas, em história e em região, mas que enfrentam situações semelhantes de ameaça à sua condição de espaço democrático e de garantia de autonomia. A elite política brasileira nunca tolerou essa condição das universidades públicas brasileiras e sempre a tomou como obstáculo à implantação de suas políticas esquizofrênicas de controle da produção científica brasileira e de profissionalização da liderança produtiva nacional.



A expansão de matriculados esconder os motivos dos protestos na USP

Originária da elite paulista derrotada na denominada Revolução Constitucionalista de 1932, a USP foi sempre um baluarte, uma referência, na luta pela autonomia, respeito as idéias, liberdade de expressão e, assim, desempenhou papel preponderante na constituição do pensamento democrático brasileiro. A UNIR não tem o mesmo destaque nacional, mas ocupa um papel relevante e estratégico na sua região por ser a única instituição pública de Ensino Superior do Estado e ser a melhor conceituada da região Norte

O Brasil ganha em aumento do número matrículas mas perde em qualidade do ensino

do Brasil. Essas duas instituições sofrem agora o mesmo problema: a intervenção da polícia militar e federal em seus campi e o assédio imoral da mídia televisiva, ressuscitando o fantasma da ditadura militar e da repressão.

Nesse momento o que está em questão não é se a USP tem maconheiro ou se a UNIR tem arruaceiros, o que está posto em questão é a incapacidade dos gestores das universidades públicas administrarem os conflitos internos, violentarem a autonomia universitária, o princípio do diálogo e da liberdade de expressão.

Hoje está em jogo, não é apenas o reitor, a tropa de choque, o uso de drogas! Está em jogo a autonomia universitária, a discussão aberta, democrática e plural sobre o uso de drogas, o papel das polícias! A concepção de educação da elite e para as elites ou uma educação superior pública de qualidade para todos socialmente referenciada! O maior desafio é não transformar em mito os princípios da AUTONOMIA.

Reginaldo de Souza Silva – Doutor em Educação Brasileira, professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: reginaldoprof@yahoo.com.br

Nacional

Reitores de universidades são alvo de inquéritos

O jornal “O Globo” publicou uma matéria, assinada pelo repórter Fábio Fabrini, que mostra os inquéritos abertos contra gestores de instituições federais. De acordo com a reportagem, centros de excelência em formação profissional e pesquisa científica, universidades federais têm construído, paralelamente, uma escola de impropriedades na gestão de recursos públicos. Reitores, pró-reitores e ex-dirigentes de, pelo menos, 16 instituições, em 13 estados, são alvos de processos administrativos, auditorias, inquéritos e ações na Justiça por deslizes que vão do favorecimento a parentes e amigos ao desvio de verbas. Só o Ministério da Educação (MEC) apura 23 casos, envolvendo gestores de oito federais, que, se forem considerados culpados, podem perder seus cargos ou, se já afastados, ficar proibidos de voltar ao serviço público e ter as aposentadorias cassadas.

Na lista constam catedráticos que ganharam notoriedade recentemente, como o ex-reitor José Januário Amaral, que renunciou em meio a suspeitas de integrar um esquema de corrupção na federal de Rondônia (Unir). E outros que caíram em desgraça pública bem antes, casos de Timothy Mulholland, da Universidade de Brasília (UnB), envolvido em denúncias de irregularidades em fundações vinculadas à universidade; e de Ulysses Fagundes Neto, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), cujos gastos em viagens ao exterior foram o estopim de sua queda. Ambos saíram em 2008, mas ainda não receberam o veredicto do MEC, cujos processos disciplinares (PADs), não raro, são tão lentos que só acabam após os delitos prescreverem.

A matéria conta que no Piauí, o reitor da UFPI, Luiz de Sousa Santos Júnior – campeão de PADs no MEC, com oito – acumula ações na Justiça por improbidade administrativa, além de inquéritos no Ministério Público Federal (MPF) e na Polícia Federal que apuram seu envolvimento numa coleção de irregularidades. Numa das ações, ele é acusado pelo MPF de favorecer com 16 contratos, firmados sem licitação, o empresário Cândido Gomes Neto, apontado como controlador de três empresas de publicidade. Em outra, é responsabilizado por gastos abusivos com cartão corporativo, cuja soma alcança R\$ 405 mil.

A matéria completa pode ser lida no site do jornal Extra, através do link <http://extra.globo.com/> ou no site da Adua: www.adua.org.br.

Divulgação

Entrevista

Restrospectiva da Adua em 2011

Tão importantes quanto o presidente, por ocuparem papéis estratégicos na direção da Adua, o 1º secretário, Alcimar de Oliveira, e o tesoureiro, José Humberto Michiles, avaliam nesta entrevista quais foram principais erros e acertos da Associação ao longo deste ano, durante a mobilização dos docentes e a discussão dos principais temas de interesse da categoria. Os professores fazem um balanço do que foi a gestão em 2011 e revelam expectativas, projetos e desafios para o ano vindouro. Confira.

Este ano, a Carreira Docente, em nível nacional, e a Estatuinte da Ufam, localmente, foram as principais bandeiras de luta do movimento sindical docente. Como os senhores avaliam a participação da Adua e dos professores, de maneira geral, nestes três momentos?

José Humberto Michiles (JHM):

Quanto à Estatuinte, reputo aqui um apoio material muito bom por parte da Reitoria da Ufam para que o evento acontecesse, mas, apesar do esforço que a comissão fez em torno da organização e da divulgação do evento, e das discussões nas bases para sistematização dos temas, a participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada foi uma frustração, pois não passava de 58% do total de delegados eleitos pela base. Como membro da direção, avalio que, apesar dos esforços do nosso sindicato, realizando seminários, não fomos capazes de mobilizar a comunidade acadêmica para definir uma linha de pensamento por uma universidade mais democrática e transparente para a sociedade. Isso não foi politicamente correto. Já no Congresso, mesmo com todo o otimismo da comissão organizadora para se fechar o Congresso Estatuinte em cinco dias, o tempo não foi suficiente. Além disso, houve muita polêmica e divergência na discussão dos temas. Isso é ruim do ponto de vista metodológico, mas do ponto de vista político e democrático é bastante confortável. Por isso, apenas 50% das propostas foram discutidas, definidas e aprovadas pela plenária do Congresso.

Alcimar Oliveira (AO): Por ter acompanhado o início do processo e o desencadear dele, nós não podemos, de modo algum, diminuir a importância da Adua na Estatuinte, pois não fosse a Associação talvez o Congresso não tivesse ocorrido. A Adua é que reuniu com a Reitoria e propôs a necessidade de atualização do Estatuto da Ufam. Vale destacar que o processo da Estatuinte em outras universidades foi mais precarizado que o nosso.

JHM: Já na discussão do Plano de Carreira Docente sentimos uma boa mobili-

zação com algumas críticas de pares nossos em função do acordo assinado entre o Andes e o governo, quando o movimento estava crescendo, partindo até para a possibilidade de um movimento grevista. Mas, hoje temos a sensação que o governo quer 'empurrar com a barriga' a discussão sobre o tema, não cumprindo prazos, colocando problemas que poderiam ter sido solucionados em Brasília e não tentar adiar o calendário...

AO: Se a gente pensar do ponto de vista financeiro, não houve ganho na discussão da Carreira. Houve sim um ganho político quanto ao aspecto de se ter levado essa discussão para as bases. Nesse sentido, houve uma resposta significativa das bases em relação à carreira, inclusive aqui na Adua, quando o momento de mobilização era crescente, mas que ainda não espelhava um quadro nacional, de tal modo que não reunia condições para deflagração de uma greve. ADs têm de se manter vigilantes, sobretudo nesse próximo ano de 2012, pois acredito que essa questão vai ser discutida em momentos de polêmica e contradição.

“O embate com o governo, parece sempre querer frear, quebrar, cooptar o movimento”

José H. Michiles

Apesar do esforço que a Direção da Adua engendrou no âmbito da mobilização da categoria para esses temas, algumas assembleias foram esvaziadas e em outras houve participação efetiva. Na opinião dos senhores, essa oscilação, entre o esvaziamento e a mobilização é fruto de quê?

AO: A gente tem hoje um quadro de refluxo, de individualismo e de pouca participação coletiva nos movimentos sindicais e que não é exclusivo da Adua. Mas, se pode dizer que há um esforço conjunto diante de um quadro precário, desfavorável, para uma crescente rearticulação das forças políticas mais avançadas, no enfrentamento dessa situação cada vez mais insustentável do capital e do quanto esse estado em que a gente vive é um estado submisso às demandas do capital. Nesse aspecto classista da luta sindical, há muitos sindicatos cooptados, de tal modo que eles não conseguem responder sequer às demandas corporativas. E a Adua tem mantido a consciência política nesse processo.

Quais foram as principais dificuldades que os senhores encontraram durante este ano para manter a categoria mo-



Foto: Lídia Ferreira

Os diretores da Adua, José Michele e Alcimar Oliveira, pontuam as ações

bilizada, lutando por algum sentido comum? Com os senhores pretendem superá-las ao longo do ano que vem?

JHM: O embate com o governo, que parece sempre querer frear, quebrar, cooptar o movimento docente. Cada vez mais a gente sente que há uma espécie de boicote ao movimento sindical, principalmente pela dificuldade que nós temos de incluir novos associados pelo Siape, por conta da burocratização do procedimento da consignação em folha, para que o sindicalizado possa contribuir com a manutenção do movimento. Parece que há um propósito para esvaziar financeiramente o movimento sindical. Nós estamos vivendo esse drama da impossibilidade de crescer na arrecadação. Mas, o Andes permanece incólume a essa quebra de “espinha dorsal” e vai sobreviver.

AO: Outra dificuldade foi em relação a nossa própria diretoria, com menos pessoas atuantes que o número de professores eleitos. É claro que a gente tem que fortalecer a representação dos professores das unidades fora da sede, mas é algo a ser repensado, pois na hora da gestão e da operacionalização das ações isso se torna um complicador. Nós temos que encontrar uma forma para que a participação seja mais efetiva na diretoria e até de cada representante das unidades acadêmicas.

É possível mensurar algum tipo de ganho real mesmo, a partir das atividades desenvolvidas ao longo deste ano? Quais poderiam ser citadas?

JHM: Um ponto muito positivo foi a abertura da gestão para ações da comunidade, como o apoio dado ao Movimento Educar para a Cidadania, que todas as quartas-feiras se reúne no nosso espaço, no auditório, e discute problemas da universidade e da nossa cidade. Esse movimento está caracterizado com a presença de diversas organizações não gover-

namentais e representantes de sindicatos, e é onde tem surgido muitas propostas em benefício da sociedade. O processo 3,17%, que já se arrasta há quatro gestões, é outro ganho, já que mais de cem dos oitocentos professores começam a materializar o pleito por via do recebimento dos seus direitos.

AO: A gente termina esse ano de cabeça erguida e aposta num processo crescente de participação e mobilização e tendo consciência de que os desafios que temos pela frente são sempre maiores que a nossa capacidade de luta. Mas a nossa capacidade de luta vai se manter viva, como forma de dizer que há reação sim a esse quadro. A gente aposta nessa retomada, sobretudo agora por conta de termos aqui em Manaus o próximo Congresso do Andes.

“Há um esforço conjunto diante de um quadro precário, desfavorável”

Alcimar Oliveira

E quais são as expectativas para a realização do evento aqui na capital e os planos da Adua para 2012?

JHM: Como membro da comissão organizadora, informo que o Congresso Nacional do Andes será mesmo no Hotel Tropical, de 15 a 20 de janeiro de 2012. No local nós encontramos a melhor logística para se realizar um evento desse porte, apesar de durante todo esse processo termos estudado a possibilidade de realizá-lo no campus da Ufam. No entanto, algumas questões pesaram muito contra o campus universitário, como a deficiência de segurança, a possibilidade dos eventuais desligamentos da rede elétrica, a questão da alimentação e do transporte, enfim, tudo isso geraria um ônus muito maior para o Andes e a Adua. A nossa expectativa é que será um congresso coberto de êxito, com expectativa de participação de 350 professores.

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/10/2011 a 31/10/2011

| | | MÊS ANT. | MÊS ATUAL | % MÊS AT. |
|-------------------------------|--|-------------------|-------------------|----------------|
| 1 | RECEITAS | 44.680,99 | 44.484,97 | 100,00% |
| 1.1 | Contribuição dos Associados | 43.491,95 | 43.338,95 | 97,42% |
| 1.2 | Rendimento da Aplicação Financeira | 1.154,94 | 1.083,72 | 2,44% |
| 1.3 | Receitas com Reprografia | 34,10 | 62,30 | 0,14% |
| 2 | DESPESAS | 49.932,05 | 42.924,42 | 100,00% |
| 2.1 | PESSOAL | 10.501,66 | 10.501,66 | 24,46% |
| 2.1.1 | Salários | 8.826,66 | 8.826,66 | 20,56% |
| 2.1.2 | Vale Transportes/Alimentação | 1.675,00 | 1.675,00 | 3,90% |
| 2.2 | ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS | 3.332,15 | 3.332,15 | 7,76% |
| 2.2.1 | Contribuição INSS | 2.606,92 | 2.606,92 | 6,07% |
| 2.2.2 | Contribuição FGTS | 644,65 | 644,65 | 1,50% |
| 2.2.3 | PIS Folha de Pagamento | 80,58 | 80,58 | 0,19% |
| 2.3 | SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA | 4.820,00 | 4.440,00 | 10,34% |
| 2.3.1 | Serviços de Diagramação de Material Impresso | 1.600,00 | 800,00 | 1,86% |
| 2.3.2 | Serviços de Distribuição de Jornais/Eventos | 90,00 | 90,00 | 0,21% |
| 2.3.3 | Serviços de Assessoria Jurídica | 1.500,00 | 1.500,00 | 3,49% |
| 2.3.4 | Serviços de Eventos/Camisas | 700,00 | - | 0,00% |
| 2.3.5 | Serviços de Manutenção Hidráulica | - | 200,00 | 0,47% |
| 2.3.6 | Serviços de Manutenção Elétrica/Informática | 60,00 | 700,00 | 1,63% |
| 2.3.7 | Serviços de Limpeza/Manutenção | 870,00 | 1.150,00 | 2,68% |
| 2.4 | SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA | 5.380,00 | 6.465,00 | 15,06% |
| 2.4.1 | Serviços de Confecção de Faixas | - | 2.175,00 | 5,07% |
| 2.4.2 | Serviços Graficos | 3.200,00 | 3.200,00 | 7,46% |
| 2.4.3 | Serviços Contábeis | 2.180,00 | 1.090,00 | 2,54% |
| 2.5 | CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL | 10.342,13 | 10.342,72 | 24,09% |
| 2.5.1 | Contribuição ao Sindicato Nacional/CONAD | 8.730,93 | 8.730,93 | 20,34% |
| 2.5.2 | Contribuição Comando Nacional de Mobilização | 214,25 | 214,75 | 0,50% |
| 2.5.3 | Contribuição Fundo de Solidariedade | 349,23 | 349,26 | 0,81% |
| 2.5.4 | Contribuição Sindical Conlutas | 1.047,72 | 1.047,78 | 2,44% |
| 2.6 | PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGEM | 6.126,62 | - | 0,00% |
| 2.6.1 | Passagens Aereas/Terrestres | 4.752,62 | - | 0,00% |
| 2.6.2 | Diárias (Transportes/Alimentação) | 1.374,00 | - | 0,00% |
| 2.7 | EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES | 5.764,00 | 1.197,00 | 2,79% |
| 2.7.1 | Aquisição de Divisórias/Mão de Obra/Cortinas | 1.904,00 | 1.197,00 | 2,79% |
| 2.7.2 | Aquisição de 03 Ar Condicionados Split | 3.860,00 | - | 0,00% |
| 2.8 | BENS DE CONSUMO | 2.612,51 | 6.568,97 | 15,31% |
| 2.8.1 | Telefone | 717,10 | 479,73 | 1,12% |
| 2.8.2 | Correios/Malotes | 840,15 | 1.382,60 | 3,22% |
| 2.8.3 | Combustível | 350,00 | 316,49 | 0,74% |
| 2.8.4 | Taxi, Fretes e Onibus | 180,00 | 149,00 | 0,35% |
| 2.8.5 | Assinatura de Revistas/Jornais | 71,10 | - | 0,00% |
| 2.8.6 | Refeições e Lanches | 145,23 | 239,88 | 0,56% |
| 2.8.7 | Material de Expediente/Limpeza | 294,03 | 9,48 | 0,02% |
| 2.8.8 | Assinatura Provedor/Internet | 14,90 | 100,05 | 0,23% |
| 2.8.9 | Materiais Hidraulicos | - | 212,74 | 0,50% |
| 2.8.10 | Materiais Eletricos | - | 3.229,00 | 7,52% |
| 2.8.11 | Despesas com Floricultura | - | 200,00 | 0,47% |
| 2.8.12 | Despesas com Eventos | - | 250,00 | 0,58% |
| 2.10 | ENCARGOS FINANCEIROS | 1.052,98 | 76,92 | 0,18% |
| 2.10.1 | Despesas Bancarias/Juros e Multa | 1.052,98 | 76,92 | 0,18% |
| 2.10.2 | IRRF S/Aplicações | - | - | - |
| QUADRO RESUMO | | | | |
| SALDO ANTERIOR | | 20.191,91 | 14.940,85 | |
| RECEITAS | | 44.680,99 | 44.484,97 | |
| DESPESAS | | (49.932,05) | (42.924,42) | |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 14.940,85 | 16.501,40 | |
| Banco do Brasil S/A C/C | | 15.907,45 | 18.787,07 | |
| Aplicação Banco do Brasil | | 156.421,25 | 157.504,97 | |
| CAIXA | | 783,75 | 55,96 | |
| SALDO ATUAL DISPONIVEL | | 173.112,45 | 176.348,00 | |

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/11/2011 a 30/11/2011

| DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/11/2011 A 30/11/2011 | | | | |
|---|--|-------------------|-------------------|----------------|
| | | MÊS ANT. | MÊS ATUAL | % MÊS AT. |
| 1 | RECEITAS | 44.484,97 | 44.393,21 | 100,00% |
| 1.1 | Contribuição dos Associados | 43.338,95 | 43.432,00 | 97,83% |
| 1.2 | Rendimento da Aplicação Financeira | 1.083,72 | 896,06 | 2,02% |
| 1.3 | Receitas com Reprografia | 62,30 | 65,15 | 0,15% |
| 2 | DESPESAS | 42.924,42 | 46.637,80 | 100,00% |
| 2.1 | PESSOAL | 10.501,66 | 16.425,31 | 35,22% |
| 2.1.1 | Salários | 8.826,66 | 8.826,66 | 18,93% |
| 2.1.2 | 13o Salários | - | 5.923,65 | 12,70% |
| 2.1.3 | Vale Transportes/Alimentação | 1.675,00 | 1.675,00 | 3,59% |
| 2.2 | ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS | 3.332,15 | 3.332,15 | 7,14% |
| 2.2.1 | Contribuição INSS | 2.606,92 | 2.606,92 | 5,59% |
| 2.2.2 | Contribuição FGTS | 644,65 | 644,65 | 1,38% |
| 2.2.3 | PIS Folha de Pagamento | 80,58 | 80,58 | 0,17% |
| 2.3 | SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA | 4.440,00 | 3.180,00 | 6,82% |
| 2.3.1 | Serviços de Diagramação de Material Impresso | 800,00 | 800,00 | 1,72% |
| 2.3.2 | Serviços de Distribuição de Jornais/Eventos | 90,00 | 90,00 | 0,19% |
| 2.3.3 | Serviços de Assessoria Jurídica | 1.500,00 | 1.500,00 | 3,22% |
| 2.3.4 | Serviços de Manutenção Hidraulica | 200,00 | 90,00 | 0,19% |
| 2.3.5 | Serviços de Manutenção Elétrica/Informática | 700,00 | 150,00 | 0,32% |
| 2.3.6 | Serviços de Limpeza/Manutenção | 1.150,00 | 550,00 | 1,18% |
| 2.4 | SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA | 6.465,00 | 5.380,00 | 11,54% |
| 2.4.1 | Serviços de Confecção de Faixas | 2.175,00 | - | 0,00% |
| 2.4.2 | Serviços Graficos | 3.200,00 | 3.200,00 | 6,86% |
| 2.4.3 | Serviços Contábeis | 1.090,00 | 2.180,00 | 4,67% |
| 2.5 | CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL | 10.342,72 | 10.342,72 | 22,18% |
| 2.5.1 | Contribuição ao Sindicato Nacional | 8.730,93 | 8.730,93 | 18,72% |
| 2.5.2 | Contribuição Comando Nacional de Mobilização | 214,75 | 214,75 | 0,46% |
| 2.5.3 | Contribuição Fundo de Solidariedade | 349,26 | 349,26 | 0,75% |
| 2.5.4 | Contribuição Sindical Conlutas | 1.047,78 | 1.047,78 | 2,25% |
| 2.7 | EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES | 1.197,00 | 2.571,00 | 5,51% |
| 2.7.1 | Aquisição de Divisórias/Mão de Obra/Cortinas | 1.197,00 | - | 0,00% |
| 2.7.2 | Serviços de Instalação AR Split/Revisão Elétrica/50%Site | - | 2.571,00 | 5,51% |
| 2.8 | BENS DE CONSUMO | 6.568,97 | 4.176,61 | 8,95% |
| 2.8.1 | Telefone | 479,73 | 724,18 | 1,55% |
| 2.8.2 | Correios/Malotes | 1.382,60 | 1.079,40 | 2,31% |
| 2.8.3 | Combustível | 316,49 | 355,00 | 0,76% |
| 2.8.4 | Taxi, Fretes e Onibus | 149,00 | 152,00 | 0,33% |
| 2.8.5 | Cartuchos e Toner de Tinta | - | 468,00 | 1,00% |
| 2.8.6 | Refeições e Lanches | 239,88 | 446,72 | 0,96% |
| 2.8.7 | Material de Expediente/Limpeza | 9,48 | 624,51 | 1,34% |
| 2.8.8 | Assinatura Provedor/Internet | 100,05 | 206,30 | 0,44% |
| 2.8.9 | Materiais Hidraulicos | 212,74 | 9,50 | 0,02% |
| 2.8.10 | Materiais Eletricos | 3.229,00 | 11,00 | 0,02% |
| 2.8.11 | Despesas com Floricultura | 200,00 | - | 0,00% |
| 2.8.12 | Despesas com Eventos | 250,00 | 100,00 | 0,21% |
| 2.10 | ENCARGOS FINANCEIROS | 76,92 | 1.230,01 | 2,64% |
| 2.10.1 | Despesas Bancarias/Juros e Multa | 76,92 | 8,39 | 0,02% |
| 2.10.2 | IRRF S/Aplicações | - | 1.221,62 | 2,62% |
| QUADRO RESUMO | | | | |
| SALDO ANTERIOR | | 16.501,40 | 18.061,95 | |
| RECEITAS | | 44.484,97 | 44.393,21 | |
| DESPESAS | | (42.924,42) | (46.637,80) | |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 18.061,95 | 15.817,36 | |
| Banco do Brasil S/A C/C | | 18.787,07 | 18.494,40 | |
| Aplicação Banco do Brasil | | 157.504,97 | 157.179,41 | |
| CAIXA | | 55,96 | 104,60 | |
| SALDO ATUAL DISPONIVEL | | 176.348,00 | 175.778,41 | |

espaço cultural

Chega às bancas este mês o livro “Bússolas”, do professor José Seráfico. Na obra, o autor descreve quatro ícones mundiais – Jesus Cristo, Che Guevara, Dom Quixote e Charles Chaplin, como exemplos de vida a serem seguidos. O professor, que levou dois anos para concluir o livro, considera as personalidades escolhidas como fundamentais para o desenvolvimento moral da sociedade, servindo de instrumento pedagógico. José Seráfico nasceu em Belém, onde se formou na Faculdade de Direito do Pará. Em 1967, mudou-se para Manaus e graduou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. É professor aposentado da Ufam e foi diretor da Faculdade de Estudos Sociais e Faculdade de Direito.

Artes integradas

Clube da Madrugada: 57 anos de história local

Foto: Divulgação

Este 2011, o Clube da Madrugada completou 57 anos de criação. O movimento, integrantes do movimento realizavam desde experiências modernistas de vanguarda à arte pós-modernista em suas produções artísticas, em especial literárias, ecoa até os dias de hoje, principalmente com a publicação de novos estudos sobre o tema, o que influencia a nova geração.

Para o escritor Elson Farias, um dos participantes do Clube da Madrugada, apesar da contribuição positiva do movimento naquela época, hoje o contexto é suficiente para o desenvolvimento das expressões artísticas sem a necessidade de se ter uma associação como aquela. “Tínhamos pouca informação, apenas dois ou três cursos universitários. Hoje há ‘um mundo de informações’, várias universidades, ou seja, ambientes propícios para o desenvolvimento intelectual”, ressalta.

O escritor itacoatiarense lembra que, ao chegar à capital aos 18 anos, encontrou no clube um local para discutir ideias e trocar experiências com artistas como Luiz Bacellar, Márcio Souza, Max Carpentier, entre outros. “Eu pensei que sabia alguma coisa, não sabia nada. Naquele período a ditadura militar queria calar a gente. O Clube da Madrugada marcou por isso: porque não tínhamos outra alternativa para crescer intelectualmente, para nos expressar”, disse. Como fruto de sua participação no movimento, o artista lançou o livro de poesias “Barro Verde”, que este ano com-



Integrantes do extinto Clube da Madrugada reunido em praça pública de Manaus em um dos encontros que eram realizados semanalmente

pleta 50 anos desde a primeira edição.

Livro

Em comemoração à data de aniversário do clube foi lançada, em novembro, a obra “Quadros da Moderna Poesia Amazonense”, de Alencar e Silva. Trata-se de um livro-testemunho com um recorte histórico desse período, com foco no Clube da Madrugada. A ênfase do autor é na produção poética desse movimento, com destaque para os escritores e obras que marcaram esse momento das letras regionais.

Alencar é uma testemunha privilegia-

da das ações que transformaram o Clube num marco do fazer cultural no Amazonas. Acompanhou sua trajetória como um dos seus protagonistas mais destacados. Seu compromisso com essa memória é evidente na construção deste livro. Tanto assim que o capítulo de abertura, intitulado “Prelucidação”, é uma reconstituição histórica dos fatos que anteciparam a criação do Clube, como esclarece: “Estas notas preambulares não se teriam concluídas se não as aproximássemos do ponto em que se daria a nítida ruptura ou separação entre dois tempos: 1954 e hoje”. O livro está à venda na livraria Valer.

Vale a pena ler



Daisy Carvalho

Título do Livro: O Alienista
Autor: Machado de Assis
Editora: Saraiva
Nº de Páginas: 108
Valor: 19,90

A história de “O Alienista” se passa no séc. XIX, retrata a burguesia hipócrita da época, o autor se vale do personagem magnífico — Dr. Simão Bacamarte — médico que irá desenvolver suas teorias a respeito do tratamento da loucura, conhecimento adquirido em sua estadia na Europa.

A ironia de Machado de Assis é notória nesta novela, quando mostra a hipocrisia do ser humano que só pensa em seu próprio prestígio. Dr. Simão Bacamarte, casado com apática senhora, consegue da Câmara de Vereadores de Itaguaí, verba para fundar a “Casa de Orates”,

ou “Casa Verde”, um hospício onde o sinistro e empertigado médico resolve estudar os limites entre a razão e a loucura, convencendo as autoridades e a população de que estudar este mal era tendência na Europa. Fica então a cidade à revelia deste homem que resolve, por sua conta e risco, julgar quais eram os loucos da cidade e quais os sãos.

Vai internando, um a um, os verdadeiramente doentes que até então eram tratados e cuidados em casa pelos familiares. Aos poucos Simão Bacamarte, num surto surpreendente, resolve que os honestos e os justos eram também loucos. Chega ao ponto de internar quase toda a cidade. Na medida em que vai analisando suas teorias, vai alterando o tratamento dispensado aos pacientes.

Mas a cidade já está desconfiada do médico insano, assim, a reação não tarda e uma revolu-

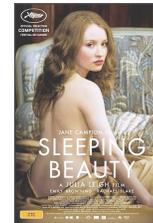
ção armada irá contestar o médico que, acuado, toma resolução inusitada, surpreendente.

Em “O Alienista” o leitor se diverte, ri a valer, mas perceberá a irônica crítica de Machado de Assis à sociedade burguesa daquela época. Um livro gostoso de ler, uma surpresa a cada página, personagens atípicos e crédulos da suposta superioridade européia na medicina da loucura. Tremenda crítica à sociedade que o autor nunca perdia oportunidade de mostrar patética e hipócrita.

“O Alienista” é um clássico. Fizna faculdade um roteiro adaptado para TV e pudemos notar que muitas características da sociedade se mantêm, o que torna a obra do escritor surpreendentemente rica para qualquer fim artístico.

Daisy Carvalho é jornalista do site Lendo (www.lendo.org).

Vale a pena ver



Susy Freitas

DVD: A Bela adormecida
Austrália, 2011.
Drama, 104 min.
Direção: Julia Leigh

Recebido entre vaias e aplausos durante o Festival de Cannes desse ano, “A Bela adormecida” chegou ao Brasil através do Festival do Rio 2011. O filme de estreia de Julia Leigh acompanha Lucy (Emily Browning), uma jovem de classe média baixa cujo maior objetivo na vida é ganhar dinheiro para, em seguida, gastá-lo de maneira frívola. Para isso, ela se divide entre vários empregos, e dentre eles está uma estranha modalidade de prostituição: a jovem é levada a uma mansão, dopada e tomada por senhores de idade avançada enquanto dorme, alheia a tudo que acontece (daí a tênue relação com o conto de fadas dos Irmãos Grimm). Mesmo após a perda da virilidade, os homens ativam seus impulsos sexuais graças à condição da jovem.

“A Bela adormecida” toma para si uma premissa similar a do romance “Memória de minhas putas tristes”, de Gabriel García Márquez. Por sua vez, o livro de Márquez bebe da fonte de “A casa das belas adormecidas”, de Yasunari Kawabata. Enquanto que os livros acompanham muito do ponto de vista masculino, no filme a câmera é impessoal e não titubeia ao expor tanto a frieza de Lucy quanto a de seus clientes perante a situação.

É justamente essa condição que dá destaque à atuação de Emily Browning, quem vem fazendo uma interessante transição entre a carreira de atriz mirim (é ela a pequena Violet em “Desventuras em Série”) e adulta. Browning utiliza na medida certa o desequilíbrio entre seus traços infantis e as atitudes doentias de sua personagem, captadas com sutileza pela bela fotografia do filme. Outro contraponto presente na trama é a exploração de seu corpo versus a impossibilidade de compreender quem realmente é Lucy. Por que ela trabalha tanto? E por que desperdiça todo o dinheiro que ganha? O que ela pretende com suas atitudes? O âmago da personagem nunca é atingido, por mais exposta que ela se mostre em seu trabalho. Nesse sentido, a narrativa fragmentada apenas agrega mais mistério à personagem, num jogo que, aliado aos longos planos, pode ser cansativo para alguns espectadores.

“A Bela adormecida” é um filme difícil de assistir não por conter cenas chocantes, mas pela frieza e reserva de suas personagens. Nesse jogo, a única preocupação de Lucy é a curiosidade de saber o que acontece depois que seus sentidos adormecem, enquanto que sua “chefa” deseja apenas que seus clientes não deixem marcas no corpo da moça. Esses últimos, por sua vez, libertam-se por não terem a chance de serem julgados bons ou maus amantes. Tais relações fazem do filme não uma obra sobre o erotismo, mas sobre até onde o poder e a ambição levam as pessoas.

Susy Freitas é formada em Letras e Jornalismo pela Ufam; é mestrande do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação na Ufam; é jornalista da Adua.

internacional

Sob forte influência principalmente de Karl Marx e Jacques Lacan, o filósofo esloveno Slavoj Žižek efetua uma inovadora crítica cultural e política da pós-modernidade ao analisar os efeitos do que ele chama de “tempos interessantes”. O pensador analisa a tendência de organizar o ciberespaço rumo à “computação em nuvem”, que dispensa máquinas individuais potentes. Para Žižek, o acesso às informações de qualquer parte do mundo, em qualquer computador, ou mesmo celulares inteligentes, apresenta-se como uma experiência reveladora: quanto mais permite escolhas, mais é alienada e controlada por uma rede reguladora

Foto: Divulgação

Sociedade

Cibermundo S/A

Slavoj Žižek

Dizem que, na China, a maldição lançada quando realmente se detesta alguém é: “Que você viva em tempos interessantes!” Em nossa história, “tempos interessantes” são, efetivamente, as épocas de agitação, guerra e luta pelo poder em que milhões de espectadores inocentes sofrem as consequências. Nos países desenvolvidos, nos aproximamos claramente de uma nova época de tempos interessantes. Depois das décadas (da promessa) de Estado do bem-estar social em que os cortes financeiros se limitavam a breves períodos e se apoiavam na promessa de que tudo logo voltaria ao normal, entramos num novo período em que a crise – ou, melhor, um tipo de estado de emergência econômica –, com a necessidade de todos os tipos de medidas de austeridade (corte de benefícios, redução dos serviços gratuitos de saúde e educação, empregos cada vez mais temporários, etc.), é permanente e se transforma em constante, tornando-se simplesmente um modo de viver. Além disso, hoje as crises ocorrem em ambos os extremos da vida econômica e não no núcleo do processo produtivo: ecologia (externalidade natural) e pura especulação financeira. Por isso é importantíssimo evitar a solução simples do senso comum: “Temos de nos livrar dos especuladores, pôr ordem nisto aqui, e a verdadeira produção continuará”; a lição do capitalismo é que, aqui, as especulações “irreais” são o real; se as esmagamos, a realidade da produção sofre.

Essas mudanças não podem deixar de abalar a confortável posição subjetiva dos intelectuais radicais. No tratamento psicanalítico, aprendemos a esclarecer nossos desejos: quero mesmo essa coisa que quero? Vejamos o famoso caso do marido envolvido numa apaixonada relação extraconjugal que sonha o tempo todo com o momento em que a esposa desaparecerá (morrerá, se divorciará dele ou o que for) para então viver por inteiro com a amante; quando isso finalmente acontece, todo o seu mundo desmorona, ele descobre que também não quer a amante. Como diz o velho ditado, há coisa pior do que não conseguir o que se quer: realmente conseguir. Agora os acadêmicos esquerdistas se aproximam de um desses momentos de verdade: queriam mudanças reais? Pois tomem! Em 1937, George Orwell, em *O Caminho Para Wigan Pier*, caracterizou com perfeição essa atitude ao ressaltar “o fato importante de que toda opinião revolucionária tira parte da sua força da convicção secreta de que nada pode ser mudado”: os radicais invocam a necessidade de mudança revolucionária como um tipo de sinal

supersticioso que levará a seu oposto, impedir que a mudança realmente ocorra. Quando acontece, a revolução tem de ocorrer a uma distância segura: Cuba, Nicarágua, Venezuela... De modo que, embora meu coração se anime ao pensar nos eventos distantes, eu possa continuar promovendo minha carreira acadêmica.

Essa nova situação não exige, de modo algum, que abandonemos o trabalho intelectual paciente sem nenhum “uso prático” imediato: hoje, mais do que nunca, é preciso não esquecer que o comunismo começa com o que Kant chamou de “uso público da razão”, com o pensamento, com a universalidade igualitária do pensamento. Quando diz que, do ponto de vista cristão, “não há homens nem mulheres, não há judeus nem gregos”, Paulo afirma que raízes étnicas, identidade nacional, etc., não são uma categoria da verdade; para usar termos kantianos exatos, quando refletimos sobre nossas raízes étnicas praticamos o uso privado da razão, restrito por pressupostos dogmáticos contingentes, isto é, agimos como indivíduos “imatuross”, não como seres humanos livres que se concentram na dimensão da universalidade da razão. Para Kant, o espaço público da “sociedade civil mundial” designa o paradoxo da singularidade universal, de um sujeito singular que, num tipo de curto-circuito e contornando a mediação do particular, participa diretamente do universal. Nesse ponto de vista, o “privado” não é a matéria-prima de nossa individualidade oposta aos laços comunitários, mas a própria ordem institucional-comunitária de nossa identificação particular.

A luta, portanto, deveria se concentrar nos aspectos que constituem uma ameaça ao espaço público transnacional. Parte desse impulso global rumo à privatização do “intelecto global” é a tendência recente de organizar o ciberespaço rumo à chamada “computação em nuvem”. Há uma década, o computador era uma caixa grande em cima da mesa, e a transferência de arquivos se fazia com discos flexíveis e pen drives; hoje, não precisamos mais de computadores individuais potentes, já que a computação em nuvem se baseia na internet, isto é, os programas e as informações são fornecidos aos computadores ou celulares inteligentes sempre que necessário, disfarçados de ferramentas ou aplicativos baseados na internet que os usuários podem acessar e usar por meio de navegadores como se fossem programas instalados no computador. Dessa maneira, podemos ter acesso às informações onde quer que estejamos pelo mundo, em qualquer computador, e os celulares inteligentes põem esse acesso literalmente em nosso bolso. Já participamos da computação em nuvem quando realizamos buscas e obtemos



milhões de resultados numa fração de segundo; o processo de busca é feito por milhares de computadores interligados que compartilham recursos na nuvem. Do mesmo modo, o Google Books torna disponíveis milhões de livros digitalizados, a qualquer momento, em qualquer lugar do mundo. Sem falar do novo nível de socialização criado pelos celulares inteligentes que combinam telefone e computador: hoje, um celular desses tem um processador mais potente do que um computador-caixona de dois anos atrás e ainda está ligado à internet, de modo que, além de ter acesso a um volume imenso de dados e programas, também posso trocar instantaneamente mensagens de voz e vídeos, coordenar decisões coletivas, etc.

No entanto, esse novo mundo maravilhoso é apenas um lado da história, que lembra aquelas famosas piadas de médico sobre “primeiro a notícia boa, depois a má”. Os usuários, portanto, acessam programas e arquivos guardados bem longe, em salas climatizadas com milhares de computadores – ou, para citar um texto de propaganda da computação em nuvem: “Os detalhes são subtraídos aos consumidores, que não têm mais necessidade de conhecer nem controlar a infraestrutura da tecnologia ‘na nuvem’ que lhes dá suporte”. Aqui, duas palavras são reveladoras: subtração e controle; para gerenciar a nuvem, é preciso que haja um sistema de monitoração que controle seu funcionamento, e, por definição, esse sistema está escondido do usuário. O paradoxo, portanto, é que, quanto mais personalizado, fácil de usar, “transparente” no seu funcionamento for o pequeno item (celular inteligente ou portátil minúsculo) que tenho na mão, mais toda a configuração tem de se basear no trabalho feito em outro lugar, num vasto circuito de máquinas que coordenam a experiência do usuário; quanto mais essa experiência é não alienada, mais é regulada e controlada por uma rede alienada.

É claro que isso serve para qualquer tecnologia complexa: o usuário não faz ideia de como funciona o televisor com controle remoto; no entanto, aqui o degrau a mais é que não apenas a tecnologia como também a escolha e a acessibilidade do conteúdo são controladas. Ou seja, a formação de “nuvens” é acompanhada pelo processo de

integração vertical: uma única empresa ou corporação possui cada vez mais todos os níveis do ciberespaço, desde o hardware individual (computador, celulares...) e o hardware da “nuvem” (armazenamento dos programas e dados acessíveis) até o software em todas as suas dimensões (programas, material em áudio e vídeo, etc.). Tudo, portanto, é acessível, mas mediado por uma empresa que possui tudo, software e hardware, dados e computadores. Além de vender iPhones e iPads, a Apple também é dona do iTunes, onde os usuários compram músicas, filmes e jogos. Recentemente, a Apple também fez um acordo com Rupert Murdoch para que as notícias da nuvem venham dos meios de comunicação dele. Sucintamente falando, Steve Jobs não é melhor do que Bill Gates: em ambos os casos, o acesso global se baseia cada vez mais na privatização quase monopolista da nuvem que oferece o acesso. Quanto mais o usuário individual tem acesso ao espaço público universal, mais esse espaço é privatizado.

Os apologistas apresentam a computação em nuvem como o próximo passo lógico da “evolução natural” do ciberespaço, e embora, de maneira abstrato-tecnológica, isso seja verdadeiro, não há nada “natural” na privatização progressiva do ciberespaço global. Não há nada “natural” no fato de que duas ou três empresas, em posição quase monopolista, além de determinar os preços à vontade possam também filtrar os programas que fornecem, dando a essa “universalidade” nuances específicas que dependem de interesses comerciais e ideológicos. É verdade que a computação em nuvem oferece aos usuários uma riqueza de opções nunca vista; mas essa liberdade de escolha não é mantida pela escolha de um provedor com o qual temos cada vez menos liberdade? Os partidários da abertura gostam de criticar a China pela tentativa de controlar o acesso à internet; mas todos nós não estamos ficando como a China, sendo as nossas funções na “nuvem” semelhantes, de certo modo, ao Estado chinês?

É filósofo, psicanalista, diretor do centro de humanidades da University of London e um dos principais (publicado pelo site www.estadao.com.br).